



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR FÁBIO DE SOUZA CAMARGO – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

**Processo n.º 200141/18**

**RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO**, qualificado nos autos em epígrafe, decorrentes da *Prestação de Contas* relativa ao exercício de 2017, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em obediência ao despacho n.º 1825/2018, apresentar suas **RAZÕES DE CONTRADITÓRIO** em face do teor da Instrução n.º 1298/2018-CGM, o que faz com base nos termos que seguem.

**1.** Em sede de primeiro exame da prestação de contas do Município de Curitiba relativa ao exercício de 2017, a Instrução n.º 1298/2018 procedeu a duas constatações: **(a) primeiro:** restrição devida à suposta ausência de pagamento de aportes para cobertura do déficit atuarial na forma apurada no Laudo Atuarial, o que ensejaria a aplicação de multa, conforme art. 87, IV, “g” da LCE 113/05; e **(b) segundo:** ressalva quanto à entrega dos dados do SIM-AM com atraso, relativa à agenda de obrigações para o exercício objeto de análise, o que ensejaria a aplicação de multa, conforme art. 87, III, “b” da LCE 113/05.

**1.1.** Em relação ao primeiro tema, os fundamentos da referida Instrução foram os seguintes: **(a)** o Município não estaria procedendo aos repasses dos aportes extraordinários, conforme evidenciariam os empenhos



emitidos nas classificações 3.1.91.13.30 e 3.3.91.97; **(b)** segundo os dados do SIM-AM/2017 relativamente aos aportes de 2017, verificam-se duas transferências no valor total dos aportes do exercício (isto é, R\$ 232.785.611,41), uma em 31.07.2017 e outra em 30.11.2017, sendo que, na receita do IPMC só consta o recebimento de uma vez este valor, em 31.07.2017; e **(c)** além disso, verifica-se que o referido valor *“foi repassado ao Município pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba”*, que constam, ainda repasses efetuados pela Câmara no total de R\$ 25.372.119,17 (fonte 000) e pelo próprio Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba no total de R\$ 22.102.947,61 (fonte 000), o que demandaria esclarecimento, bem como o detalhamento dos lançamentos efetuados (acompanhados dos respectivos documentos contábeis que deram suporte – extratos/transferências/outros), tanto da saída do valor das Entidades (IPPUC, Câmara e Instituto de Previdência), como do ingresso no Executivo e do repasse ao Instituto de Previdência.

**1.2.** Já em relação ao segundo tema (SIM-AM/2017), a referida Instrução indicou que a entrega dos dados eletrônicos mensais do SIM/AM *“não atendeu aos prazos estipulados nas Instruções Normativas TCE/PR n.º 115/2016 e 129/2017”*.

**2.** Desde logo, é oportuno mencionar que o só fato de o criterioso primeiro exame efetuado por essa Egrégia Corte de Contas ter resultado em apenas **duas** constatações é, por si, bastante significativo. Considere-se que, historicamente, os exercícios fiscais anteriores sempre contaram com diversos apontamentos de ressalvas, irregularidades e restrições, já nos primeiros exames. A título de exemplo comparativo, tenha-se em vista que, no exercício de 2016, conduzido pela gestão anterior, o primeiro exame redundou em **doze** restrições. Isso demonstra a seriedade com que a atual gestão tem conduzido as finanças públicas e a execução orçamentária municipal.



3. Passa-se, então, a responder aos tópicos sumarizados acima, com os esclarecimentos solicitados.

**(A) DA SUPOSTA AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DOS APORTES**

4. Em primeiro lugar, a Instrução declarou que “o Município não está realizando as transferências necessárias (...), conforme empenhos emitidos nas classificações 3.1.91.13.30 e 3.3.91.97”.

4.1. Porém, como visto acima, a obrigação relativa ao aporte extraordinário do exercício de 2017, cuja soma era de R\$ 232.785.611,41, foi devidamente cumprida, mas mediante **compensação** (que é modo de *extinção das obrigações*, tanto quanto o *pagamento* o é), em virtude do teor normativo da Lei Municipal n.º 15.042/2017, que determinou ao IPMC a devolução, ao Tesouro Municipal, dos valores que deste recebera indevidamente a título de contribuição patronal sobre a folha dos servidores inativos e pensionistas.

4.2. Portanto, *data venia*, não é verdade que o Município não saldou, em 2017, sua obrigação relativa a proceder aos aportes extraordinários destinados à amortização do déficit atuarial do IPMC. Toda a obrigação foi devidamente quitada, por **interferência financeira, conforme se verifica nos Anexos 1A, 1B, 1C, 1D, 1E, 1F, 1G, 1H, 1I e 1J** (fl. 35 da Instrução); apenas o foi por meio do instituto jurídico da compensação<sup>1</sup>.

4.3. Isso é o que explica ter a Instrução tido a impressão de que o Município “*não está realizando as transferências necessárias a esse objetivo [equacionamento do déficit atuarial]*”: é que, em julho de 2017, todos os valores a este título foram quitados de uma só vez, mediante o regime de compensação acima explicitado.

---

<sup>1</sup> Aliás, o repasse dos aportes extraordinários por meio de empenho no elemento 97 – *Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial* – foi previsto, instituído e inserido na Lei Orçamentária Anual 2018. Essa medida, adotada pela atual gestão teve como finalidade a sua regularização, conforme relatado no Relatório do Controle Interno.



**4.4.** Aliás, apesar da periodicidade mensal da obrigação atinente aos aportes extraordinários, a Administração, assim que aprovada a Lei Municipal n.º 15.042/17, decidiu saldar integralmente os aportes extraordinários relativos ao exercício de 2017.

**4.5.** Veja-se o seguinte demonstrativo:

QUITAÇÃO DOS APORTES
JUL/2017
232.785.611,41
AGO/2017
---
SET/2017
---
OUT/2017
---
NOV/2017
---
DEZ/2017
---

**4.6.** Como se vê, em julho de 2017 o valor de R\$ 232.785.611,41 foi integralmente amortizado mediante compensação, razão pela qual nos meses seguintes nenhum repasse financeiro foi realizado a este título.

**4.7.** Assim, o Município de Curitiba está rigorosamente em dia com a sua obrigação relativa aos aportes extraordinários; a impressão em sentido contrário decorre exclusivamente do fato de que a extinção desta obrigação se deu mediante compensação e foi realizada por meio de interferências financeiras.

**(B) DOS ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES SOLICITADOS**

**5.** Ainda no tópico relativo aos aportes previdenciários, a Instrução aqui respondida solicitou esclarecimentos complementares quanto a dois



fatos: **(a) primeiro:** o de que, segundo os dados do SIM-AM, houve duas transferências no valor de R\$ 232.785.611,41 (jul/2017 e nov/2017), a título de aportes previdenciários complementares; e **(b) segundo:** o de que, segundo esses mesmos dados, o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) teria repassado idêntico valor (R\$ 232.785.611,41) ao Município de Curitiba.

**6. Quanto à suposta duplicidade de transferências do valor de R\$ 232.785.611,41 (jul/2017 e nov/2017)**

**6.1.** Em verdade, houve apenas uma transferência deste valor, em 31.07.2017. Porém, a contabilização desse registro, nas contas contábeis 1.1.1.1.2.01-C e 3.5.1.3.2.02.02-D, foi efetuada erroneamente, por lapso escusável, na fonte 000, através dos lançamentos n.º 161939886 e 161939887, conforme se verifica nos Anexos 1A, 1B, 1C, 1D, 1F, 1G, 1H e 1I, quando o correto seria que os lançamentos fossem realizados na fonte 069.

**6.2.** Em virtude desse equívoco e a título de correção na Contabilidade da Prefeitura, em 30.11.2017 foram feitos os ajustes necessários através dos lançamentos 213066107 e 213066106, debitando-se a conta 1.1.1.1.2.01 e creditando-se a conta 3.5.1.3.2.02.02, com a finalidade de que fosse estornado o lançamento de 31.07.2017 e de que fosse lançado corretamente o valor em questão na fonte 069 (lançamentos 213066108 e 213066109), movimentações estas que, quando interpretadas dos dados extraídos do SIM-AM, podem ter causado a impressão de duplicidade.

**7. Quanto aos repasses realizados pelo IPPUC, pela Câmara e pelo IPMC.**

**7.1.** O valor de R\$ 232.785.611,41 não foi repassado pelo IPPUC ao Município de Curitiba. Trata-se apenas do lançamento de ajuste contábil noticiado mais acima (item 6, subitens 6.1 e 6.2). Ocorre que, no arquivo



encaminhado no SIM-AM, acabou sendo registrada como uma interferência financeira originada pelo IPPUC (código 11519), mas por **mero erro material**.

**7.2.** Já o valor de R\$ 25.372.119,17, repassado pela Câmara Municipal de Curitiba, não guarda qualquer relação com a cobertura do déficit atuarial do IPMC, mas apenas com os recursos de duodécimos repassados pela Prefeitura à Câmara e não utilizados pelo Legislativo Municipal, bem como com valores de cancelamento de restos a pagar ocorridos em 2017 cujo valores já tinham sido repassados à Câmara no exercício anterior. A devolução destes valores foi operacionalizada com as respectivas interferências financeiras ao Município de Curitiba, conforme documentos apresentados nos Anexos 2A, 2B, 2C, 2D, 2E, 2F, 2G, 2H, 2I, 2J, com a seguinte composição:

Repasse recebidos da Câmara Municipal de Curitiba pelo Município de Curitiba em 2017				
Data	Lançamento Contábil nº	Descrição	Valor	Conta Corrente Creditada
18/09/2017	175885388	Devolução pela Câmara Municipal de Curitiba ref. ao cancelamento de restos a pagar no período de 01/01/2017 a 15/09/2017.	972.035,51	88/3793/73.555-8
20/10/2017	185624331	Repasse pela Câmara Municipal de Curitiba ref. a Redução Orçamentária do exercício de 2017 pelo Legislativo, conforme Ato nº 544 de 20/10/2017 da CMC.	22.603.000,00	88/3793/73.555-8
29/12/2017	217316250	Devolução pela Câmara Municipal de Curitiba ref. ao cancelamento de restos a pagar.	200.000,00	88/3793/73.555-8
29/12/2017	217316252	Devolução pela Câmara Municipal de Curitiba ref. ao cancelamento de restos a pagar.	217.186,51	88/3793/73.555-8
29/12/2017	217316260	Devolução pela Câmara Municipal de Curitiba ref. ao cancelamento de restos a pagar.	1.379.897,15	88/3793/73.555-8
<b>Total</b>			<b>25.372.119,17</b>	

**7.3.** Por fim, quanto ao valor de R\$ 22.102.947,61, trata-se de dois repasses do IPMC (R\$ 102.947,61 em 28.04.2017 e R\$ 22.000.000,00 em 30.06.2017). O valor de R\$ 22.000.000,00 corresponde à devolução da Taxa de Administração pelo IPMC, que, por força do art. 91-B da Lei Municipal n.º 15.042/2017, foi reduzida de 2% (dois por cento) para 1% (um por cento) no ano, conforme Processo Administrativo n.º 08-003183/2017 (ver Anexos 3A, 3B, 3C, 3D, 3E e 3F). Já o valor de R\$ 102.947,61, conforme o Processo Administrativo n.º 01-098684/2015 (ver Anexos 4A, 4B, 4C e 4D) se refere ao seguinte:



*Trata-se de ressarcimento aos cofres do Município de Curitiba referente ao pagamento do precatório 900299/2015 conforme item II.2 do anexo do ofício 1683801 – TP/OE/P/CPRE/CPRE-DA de 10 de fevereiro de 2017, enviado a este instituto pelo Tribunal de Justiça, o que gerou o ofício 04-013861/2017, onde o IPMC solicita orientação sobre como proceder visto que o referido precatório não constava nos seus orçamentos de 2016 e 2017.*

*Em dezembro de 2016 o Município de Curitiba realizou o depósito de R\$ 101.732,06 referente ao precatório 900299/2015 (ofício requisitório 2015/00613 – DA/CP/GP de 07 de julho de 2015 do TJ).*

*De acordo com a informação da PGRH de folhas 74 e seguintes, foi solicitada a correção do ente devedor de Município de Curitiba para IPMC. Embora a solicitação tenha ocorrido antes da requisição do precatório, perante o juízo de origem (autos 0001447-25.2002.8.16.0004), em outubro de 2014, ainda assim foi expedido o precatório em nome do Município, tendo sido peticionado novamente em julho e em outubro de 2015. Entretanto, somente em fevereiro de 2017 a questão foi analisada pelo TJ, o qual deferiu a correção. Solicita também que o valor depositado em dezembro de 2016 pelo Município de Curitiba, ou seja, R\$ 101.732,06, seja ressarcido pelo real ente devedor, qual seja o IPMC.*

*Assim, encaminhamos com o valor atualizado para o mês de abril de 2017 que monta em R\$ 102.947,61 conforme cálculo da Contadoria PGM (fls. 124).*

*Tendo conhecimento da decisão do TJ determinando a troca do ente devedor de Município de Curitiba para IPMC, fato que somente ocorreu em fevereiro de 2017, portanto depois do pagamento do presente precatório requisitório pelo Município de Curitiba, foi encaminhado este expediente ao IPMC pedindo o ressarcimento do valor pago em dezembro de 2016 (R\$ 101.732,06).*

*O ressarcimento foi realizado em 28/04/17 no valor de R\$ 102.947,61 devidamente atualizado, conforme comprovante de fls. 132.*

## **(C) CONCLUSÃO ACERCA DO TEMA PREVIDENCIÁRIO**

**8.** Diante do exposto acima, conclui-se não ter havido, apesar da aparência gerada pelo sistema SIM-AM, qualquer descumprimento, pelo Município de Curitiba, de sua obrigação atinente aos aportes extraordinários ao RPPS local, nem tampouco qualquer repasse em duplicidade. Também foram respondidos os esclarecimentos solicitados por esse Egrégio Tribunal de Contas, razão pela qual, não há motivo para que seja aposta a rubrica “irregular” no tema relativo aos aportes previdenciários.





## **(D) DA ENTREGA DO SIM-AM**

**9.** Por fim, relativamente ao atraso na entrega dos dados pelo SIM-AM, o Município tem a esclarecer e justificar o seguinte:

**9.1.** De início, reiteram-se as justificativas contidas no Relatório do Controle Interno inseridas nos processos de Prestações de Contas Anuais dos Exercícios de 2016 e 2017, no sentido de que os esforços internos e técnicos foram empreendidos para cumprir os prazos, os quais se mostraram, no exercício de 2017, novamente subestimados, em decorrência do atraso represado do passado e da vedação à remessa simultânea de dados relativos a dois exercícios diferentes. Mesmo assim, a atual gestão teve êxito no desafio hercúleo de sanar todos os atrasos herdados da gestão anterior, conforme se demonstrará abaixo.

**9.2.** Como motivo de força maior no exercício de 2016, os avanços tentados internamente para vencer o atraso foram, com surpresa, agravados no final do ano, pelo posicionamento extremo tomado pelo prestador de serviços de tecnologia da informação, que promoveu suspensões temporárias de acesso aos Módulos de Contabilidade, Tesouraria e Relatório Dinâmico, e a ocorrência consolidou comprovadamente motivos relatados exaustivamente a esse Egrégio TCE/PR, empecilhos esses de 2016 com reflexos que afetaram também o andamento das rotinas do SIM-AM dos meses de 2017. Nos documentos acostados a processos administrativos, ocorreram reclamações de várias ordens, evidenciando que o avanço para exaurir o atraso represado não dependia exclusivamente do Executivo Municipal, mas também de movimentações externas e atos de terceiros, o que se subsume ao conceito jurídico de força maior. Por esse motivo, foi instaurado o Processo n.º 01-119.880/2016 para o registro de todos os devidos alertas, encaminhamentos e pedidos de providências do Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças às autoridades e setores responsáveis. Também essa foi a finalidade da Petição Intermediária junto a esse Egrégio Tribunal (n.º 1032532/16), em que a Secretária Municipal de Finanças comunicou a ocorrência a que deu causa o seu prestador





de serviços informáticos e que a restituição dos módulos se dera mediante providências judiciais providenciadas pela Procuradoria Geral do Município.

**9.3.** É importante ainda frisar que, independentemente dos fatos e em condições atípicas e extremas, o Executivo Municipal vem procedendo à apropriação de todos os dados e informações e garantindo a continuidade de importantes ações de governo. Tanto é assim que a Prestação de Contas do Exercício de 2017 foi entregue a essa Egrégia Corte de Contas no prazo estipulado e todas as publicações estão consolidadas no sítio da Prefeitura Municipal de Curitiba, em Diário Eletrônico.

**9.4.** Todos os dados e informações apropriadas estão em dia, de modo sucessivo, como os Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e o Relatório da Gestão Fiscal – RGF. Além disso, o Município cumpre a agenda de obrigações legais quanto à apresentação das audiências públicas da gestão fiscal, à transparência e, ainda, tem mantido a tendência garantidora do alcance dos índices constitucionais de saúde, educação, os índices de pessoal estabelecidos pela LRF, os da dívida pública, dentre outros.

**9.5.** Em várias oportunidades, considerando o processo atípico em que o Município se viu, em razão da alteração muito complexa no seu próprio sistema e da compatibilização com as novas regras para remessa do SIM-AM no próprio decorrer das modificações que já estavam em andamento, houve a geração de uma descomunal quantidade de alterações, muitos retrabalhos na base e estruturas dos sistemas da Prefeitura (Administração direta, indireta e entidades, como fundos), mas que nunca foi impeditivo, pelo contrário, sempre foi evidenciada a possibilidade da entrega de qualquer dado ou comprovação necessária, se assim entendesse possível e solicitado por essa Egrégia Corte.

**9.6.** Como medida do Município e da atual gestão, ocorreram reforços de áreas técnicas para alimentação dos dados e a recondução da Governança de TI, pois no início da mesma, com urgência, foi realizado



diagnóstico, análise e estudos, providenciadas tratativas e acertos exaustivos junto ao prestador dos serviços, no que coube. Ou seja: **mesmo com todas as dificuldades acima explicitadas, a atual gestão resolveu problemas que se arrastavam há anos, relativamente à entrega dos dados via SIM-AM.**

**9.7.** Esses resultados positivos alcançados pela atual gestão no que se refere à entrega do SIM-AM foram reconhecidos, inclusive, no Acórdão n.º 3385/2017, da Segunda Câmara, proferido nos Autos de Certidão Liberatória n.º 485428/17, nos seguintes termos:

*Com o pedido inicial, peças n.º 3 e 4, foi anexada planilha na qual contém as datas de fechamento do SIM-AM referentes aos meses de 2016.*

*Verifica-se que no início da nova gestão municipal, em janeiro de 2017, estava pendente o SIM-AM desde fevereiro de 2016. Nos termos da citada Instrução Normativa, até 16/01/2017 a municipalidade deveria promover o fechamento do mês de novembro de 2016. Ou seja, havia um atraso de 10 meses no envio das informações a este Tribunal.*

*No mesmo documento anexado à exordial infere-se que até 30/05/2017, portanto, em pouco mais de 4 (quatro) meses, foi realizado o fechamento de todos os meses de 2016.*

***Nesse contexto, não se pode olvidar que foram tomadas providências administrativas necessárias ao saneamento das irregularidades, nos termos do inciso I do art. 292-A, do Regimento Interno, acima transcrito.***

***Por oportuno, cabe pontuar que os atrasos ocorridos ainda na gestão anterior certamente ocasionaram a intempestividade no envio das informações relativas aos meses de 2017, pois, este exercício só poderia ser aberto e alimentado após o fechamento do ano de 2016.***

**9.8.** Caso similar foi enfrentado pelo Poder Executivo do Estado do Paraná, quando teve que justificar a esse Egrégio TCE/PR o atraso na remessa dos dados relativos ao primeiro quadrimestre de 2016 ao Sistema SEI-CED – Sistema Estadual de Informações – Captação Eletrônica de Dados. O Acórdão de Parecer Prévio n.º 548/17 – Tribunal Pleno (Processo n.º 208386/17) decidiu pela não penalização do ente por haver justificativa idônea para o atraso escusável e involuntário do prazo:

*Os esclarecimentos foram acatados pela COFIE, tendo em vista, como por ela colocado, que já **são conhecidas as limitações do atual SIAF e, ainda, considerando que está em fase de implementação um novo sistema que virá substituí-lo**, entendeu que o atraso ocorrido apenas*

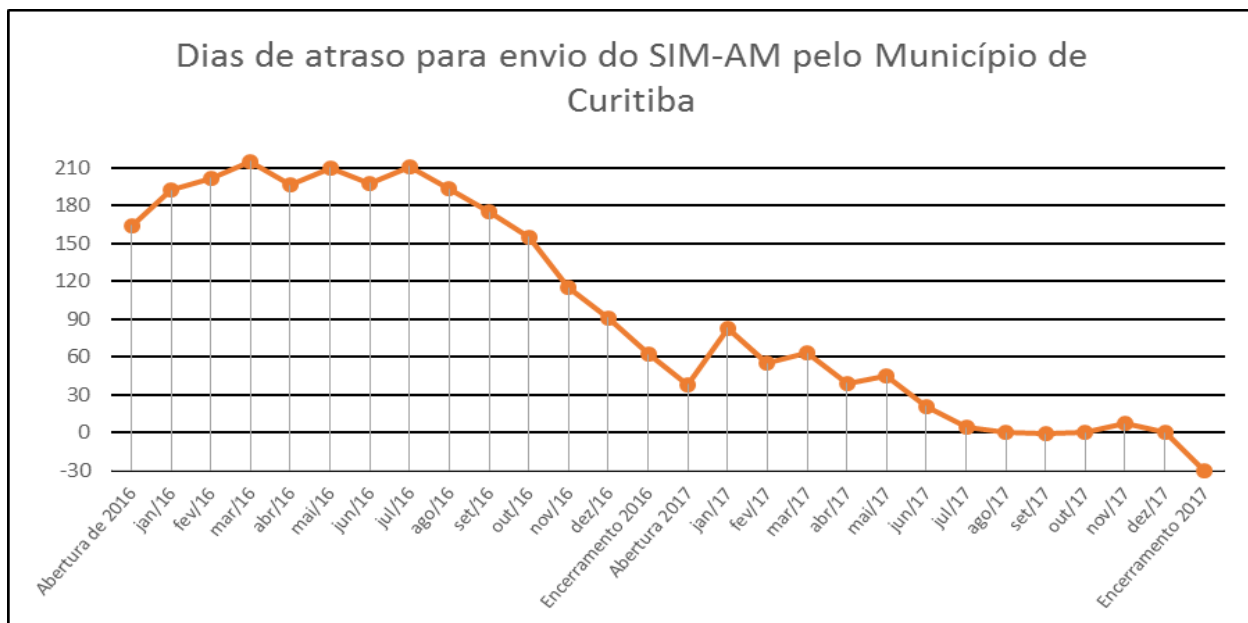


*no primeiro quadrimestre de 2016 não seria motivo para aplicação de sanções.*

**9.9.** Nos quadros abaixo, pode-se demonstrar a evolução dos trabalhos do Executivo Municipal para colocar em dia suas obrigações relativas à entrega do SIM-AM, desde a sua estagnação até o alinhamento com os prazos da Agenda de Obrigações Municipais estipuladas por esse Egrégio Tribunal para cada exercício financeiro:

SIM-AM 2016	Fechamento – envio pela PMC ao TCE-PR		Prazo estipulado pelo TCE-PR	Dias de Atraso
	Data	Protocolo		
Abertura de Exercício	10/10/2016	2016832540	29/04/2016	164
Janeiro	09/12/2016	2016992830	31/05/2016	192
Fevereiro	18/01/2017	201736884	30/06/2016	202
Março	31/01/2017	201771434	30/06/2016	215
Abril	10/02/2017	2017101271	29/07/2016	196
Maio	24/02/2017	2017142261	29/07/2016	210
Junho	17/03/2017	2017193265	31/08/2016	198
Julho	30/03/2017	2017230330	31/08/2016	211
Agosto	11/04/2017	2017267757	30/09/2016	193
Setembro	24/04/2017	2017295190	31/10/2016	175
Outubro	04/05/2017	2017330300	30/11/2016	155
Novembro	11/05/2017	2017352517	16/01/2017	115
Dezembro	30/05/2017	2017396573	28/02/2017	91
Encerramento do Exercício	01/06/2017	2017397057	31/03/2017	62

SIM-AM 2017	Fechamento – envio pela PMC ao TCE-PR		Prazo estipulado pelo TCE-PR	Dias de Atraso
	Data	Protocolo		
Abertura de Exercício	09/06/2017	2017434343	02/05/2017	38
Janeiro	24/07/2017	2017538165	02/05/2017	83
Fevereiro	25/07/2017	2017540046	31/05/2017	55
Março	02/08/2017	2017562767	31/05/2017	63
Abril	08/08/2017	2017581648	30/06/2017	39
Maio	14/08/2017	2017593883	30/06/2017	45
Junho	21/08/2017	2017609682	31/07/2017	21
Julho	04/09/2017	2017645379	31/08/2017	4
Agosto	02/10/2017	2017706360	02/10/2017	0
Setembro	30/10/2017	2017774667	31/10/2017	-1
Outubro	30/11/2017	2017843103	30/11/2017	0
Novembro	22/01/2018	201831593	15/01/2018	7
Dezembro	28/02/2018	2018121799	28/02/2018	0
Encerramento do Exercício	01/03/2018	2018126839	02/04/2018	-32



**9.10.** Pesa sobre esse contexto a complexidade e o enorme volume de dados e informações, em especial ao atendimento de 1226 regras da estrutura do SIM-AM editada para o ano 2017. Além disso, o tamanho do Município também explica o caráter verdadeiramente hercúleo da atualização do SIM-AM em relação ao atraso promovido pela gestão anterior, sem contar a necessidade de incessantes adequações bastante complexas na base e na estrutura do próprio Sistema de Gestão Pública – SGP, base da apropriação dos dados e informações remetidas ao SIM-AM. O reflexo no decorrer dos anos demonstrou que a previsão inicial para o seu regular funcionamento não foi dimensionado adequadamente, pois os inúmeros regramentos, suas próprias alterações e introdução de novos no andamento do prazos exigidos sobrepesaram em alterações constantes na estrutura do sistema interno, pois a base de dados e informações é a do maior Município do Paraná e é a que gera a alimentação, integração e remessa das informações ao SIM-AM, que perfaz uma estrutura de sistema em 1.762 submódulos, com o envolvimento de 7.750 usuários, ambiente de desafiadora coordenação e alinhamento para reproduzir a fidedignidade de volume enorme de dados e informações e para os seus correspondentes registros contábeis no conjunto de muitas entidades que integram a esfera municipal. **Mesmo assim, os resultados foram os melhores possíveis, como os gráficos acima demonstram cabalmente.**



**9.11.** Também é oportuno invocar-se a recente alteração feita pela Lei Federal n.º 13.655/2018 no Decreto-Lei n.º 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), *in verbis*:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, **serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor** e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

**9.12.** Houve ainda outras demandas de grande volume que influenciaram a rotina técnica, operacional e sistêmica durante o exercício de 2017, que consumiu recursos significativos, humanos e financeiros, como foi o caso do novo Plano de Contas Padrão das Receitas editado pela Portaria STN/SOF n.º 05/2015, com instrução desse Egrégio TCE/PR através da Nota n.º 01 de 19/06/2017, que trouxe a Publicação do Plano da Receita para o Exercício de 2018 e Alterações no Layout do SIM-AM. Nesta oportunidade, foram apresentadas aos entes municipais 14 versões do Plano de Contas da Receita, e anteriormente os trabalhos aplicados para atender as alterações trazidas pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – Municípios do Estado do Paraná – PCASPM-PR/2017, que resultou em 252 contas contábeis incluídas, 319 contas alteradas e 119 contas excluídas.

**9.13.** O atraso do SIM-AM, além de escusável, diante do que se dispôs acima, **não causou qualquer dano ao erário**, sem conta o que já se disse antes, mas que convém reiterar: são perceptíveis os resultados dos esforços e medidas de fato da atual gestão para a recondução da remessa dos dados e informações ao SIM-AM nos prazos estipulados por esse Egrégio TCE/PR.

**9.14.** Por fim, há que se considerar ainda o seguinte: o atraso herdado da gestão anterior não foi, obviamente, provocado pelo ora peticionário, que se deparou, no início de sua gestão, com um legado de problemas graves no trâmite dos dados ao longo de anos sem resolução; além disso, a atual gestão, dentro de prazo necessário e plausível para a complexa solução do problema, conduziu diagnóstico e empreendeu inúmeros esforços junto ao prestador para



possibilitar a recondução da melhor maneira possível, já sinalizando compatibilidades mais próximas dentro prazos exigidos por esse Egrégio Tribunal.

**10.** Assim, diante da existência de fatores que justificam plenamente a entrega do SIM-AM tal como se deu em 2017 e por se tratar de fatores alheios à vontade da atual gestão e do ora peticionário, parece não ser o caso de aplicação da multa referida na Instrução aqui respeitosamente respondida, especialmente diante do disposto no art. 22 do Decreto-Lei n.º 4.657/1942, com a redação dada pela Lei n.º 13.655/2018.

**(E) DO PEDIDO**

Diante do exposto, roga-se a Vossa Excelência sejam retiradas as rubricas de irregularidade e ressalva nos tópicos indicados na Instrução n.º 1298/2018.

Curitiba, 8 de agosto de 2018.

Rafael Valdomiro Greca de Macedo  
**Prefeito Municipal de Curitiba**